



## XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

### A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

## MORADIAS ESTUDANTIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO SUL DO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

**Dalton Barreto**

Universidade Federal de Santa Catarina  
[dalton.barreto@ufsc.br](mailto:dalton.barreto@ufsc.br)

**Alessandra de Linhares Jacobsen**

Universidade Federal de Santa Catarina  
[alessandradelinharesjacobsen@gmail.com](mailto:alessandradelinharesjacobsen@gmail.com)

**Cibelli de Medeiros Pickler**

Universidade Federal de Santa Catarina  
[belly\\_rms@yahoo.com.br](mailto:belly_rms@yahoo.com.br)

**Rudimar Antunes da Rocha**

Universidade Federal de Santa Catarina  
[rrudimar@hotmail.com](mailto:rrudimar@hotmail.com)

**Claudio José Amante**

Universidade Federal de Santa Catarina  
[claudiojosea@yahoo.com.br](mailto:claudiojosea@yahoo.com.br)

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o tipo de gestão realizado nas moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil. Para o alcance de tal objetivo, optou-se pela pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e interpretativo e aplicada. O critério de escolha das unidades de análise, além da localização, foram as similitudes e as políticas desenvolvidas nas moradias pesquisadas, mais precisamente aquelas presentes nas universidades federais (IFES) do sul do Brasil (UFSC, FURG, UFPel, UFRGS e UFSM). Para a coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa documental e bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas com responsáveis pela gestão das moradias estudantis indicados pelas IFES, pelos órgãos representativos vinculados à moradia e representante do Diretório Central dos Estudantes. Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo. As moradias estudantis federais cumprem papel fundamental, abrigando estudantes universitários que vivem sob condições socioeconômicas desfavoráveis, e vêm de outras cidades, onde deixam suas famílias. Tais estudantes investem na escolarização como uma forma de transformar e transmutar para outra classe social, e buscar uma carreira, tendo, para isso, de deixar seu lugar de origem, para morar com outras pessoas em condições semelhantes.

**Palavras-chave:** Universidades Federais. Política e Gestão Universitária. Assistência Estudantil. Moradia Estudantil.

## 1. INTRODUÇÃO

As moradias estudantis tem sido um dos principais entraves econômicos da gestão universitária pública. Elas também são caracterizadas pelo desafio ímpar dos seus gestores no sentido de aprimorar, ampliar e manter os serviços de qualidade. Além disso, atender as necessidades dos estudantes requer uma mescla de gestão, que passa por programas de hotelaria, alimentação, segurança e serviços gerais. Tais desafios aglutinam-se, ao fato do território nacional ser amplo e utilizado pela crescente demanda e mobilidade estudantil. Sendo assim, é indispensável que os gestores, das universidades federais, passem a refletir sobre modelos e políticas administrativas condizentes a realidade deste novo milênio.

Dentre as políticas de assistência estudantil, supõe-se que os programas de moradia estudantil constituem-se em um dos maiores desafios a ser enfrentado pelo setor educacional, ou seja, possibilitam uma moradia de qualidade aos estudantes com dificuldades socioeconômicas, proporcionando um espaço de convivência, discussão e reflexão, quer pelos custos envolvidos, quer pela demanda historicamente reprimida e não equacionada plenamente. Tais questões tem se amparado em legislações pertinentes. Neste contexto, vale destacar que o suporte legal, bem como de outros programas de manutenção estudantil, representa para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) não apenas a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010/PNAES), assim como uma forma de melhoria para a desenvoltura dessas Instituições (BRASIL, 2010a).

A educação, na legislação brasileira, é concebida como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação ampla na luta pelos direitos da cidadania e pela emancipação social (Lei nº 9.394/96 – LDB). A Universidade tem a tarefa de formar agentes culturais mobilizadores que usem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania. Todavia, o contexto sociocultural no Brasil tem demonstrado, que a educação, apesar das intenções preconizadas, não tem sido um direito exercido por todos os brasileiros. Pode-se entender que, para as Instituições Federais de Ensino (IFES), os principais indicadores sociais de sobrevivência são moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho (FONAPRACE, 1996).

Na política de educação, a assistência estudantil exerce o papel fundamental de mobilizar recursos de forma a garantir a permanência e o percurso dos estudantes socialmente desfavorecidos no processo de formação profissional. O Governo Federal nos últimos cinco anos, com a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) reforçou a relevância à assistência estudantil. Desde então, mais recursos são aplicados na manutenção de programas que possam garantir o sucesso do aluno no seu curso de graduação, tais como: restaurantes universitários de qualidade que atendam os alunos de forma adequada, com alimentação balanceada e controlada, bolsas permanências ou de estudos para alunos com carência socioeconômica, auxílio creche para alunas mães, auxílio moradia aos alunos que não conseguem vaga na moradia, reforço nas disciplinas de português e matemática, língua estrangeira e apoio a eventos científicos. Contudo, compreende-se que uma política integrada de permanência no ensino superior vai além da gratuidade, pois requer um olhar administrativo que seja condizente com as exigências de mercado e de cidadania.

## 2 MORADIAS ESTUDANTIS

Para se entender o contexto em que estão inseridas as moradias estudantis federais, deve-se primeiro compreender o cenário de diferentes desigualdades econômicas e sociais, característico de grande parte das sociedades modernas. Isso torna a questão da inclusão das populações carentes uma prioridade para as políticas públicas. Existe a necessidade de prover condições não apenas para que haja inclusão de indivíduos em universidades de qualidade, mas também instrumentos de consolidação da sua permanência nessas instituições. É sob essa perspectiva que entram ações de apoio estudantil e expansão da democratização do acesso ao ensino superior. As moradias estudantis federais cumprem papel fundamental, abrigando estudantes universitários que vivem em condições socioeconômicas desfavoráveis, e vêm de outras cidades, onde deixam suas famílias. Os estudantes investem na escolarização como uma forma de transformar e transmutar para outra classe social, e buscar uma carreira, tendo, para isso, de deixar seu lugar de origem, para morar com outras pessoas em condições semelhantes.

Juntamente com os restaurantes universitários, auxílios-permanência, bolsas de pesquisa e extensão e outras ferramentas utilizadas para a manutenção dos alunos nas

universidades, a Moradia Estudantil e o Restaurante Universitário têm potencial de contribuir substancialmente com a redução dos índices de evasão escolar. Dados do Censo da Educação Superior de 2007 (BRASIL, 2009) mostram que 72,6% dos alunos ingressantes nas IFES concluíram a graduação. Em instituições particulares esta taxa é ainda menor, chegando a 55,4%. A média nacional de evasão no ensino superior ficou em 58,1% (O GLOBO, 2009 apud CONTEE, 2009).

Do ponto de vista da evasão escolar, há o impacto positivo de um programa eficaz de moradia estudantil. Nem todos os estudantes conseguem participar e aproveitar ao máximo o ambiente universitário. Desfrutar de uma universidade requer disponibilidade de tempo e de meios. Muitos dos estudantes precisam trabalhar para se manter, tendo que dedicar menos tempo à faculdade. Outros, não conseguem emprego ou renda e acabam por enfrentar dificuldades financeiras de manutenção acadêmica. A renda familiar insuficiente não garante os meios de permanência na universidade pública e término do curso, sendo fadados, muitas vezes, ao baixo rendimento acadêmico e até mesmo à evasão (ANDRÉS, 2011).

Atualmente, de acordo com o MEC, grande parte das universidades federais dispõe de residências estudantis. As residências são gratuitas para o aluno, sendo que, para aquele que consegue uma vaga, não há custos com aluguel, condomínio, água, energia elétrica e gás. Algumas universidades, por sua vez, optam por oferecer o auxílio moradia, compreendendo que o número de vagas oferecidas em casas de estudantes gratuitas é inferior à demanda. Assim, alunos com baixa renda e que não têm a oportunidade de se alojar em casas estudantis conseguem alugar uma moradia próxima ao campus onde estuda, contando com um pequeno auxílio financeiro para tal. Na acepção da União Nacional dos Estudantes (UNE), as residências das universidades federais têm problemas de infraestrutura, mas como são gratuitas, possuem grande procura pelos estudantes e, conseqüentemente, o número de vagas é insuficiente para atender à demanda (FONAPRACE, 2012).

O processo de expansão universitária do Governo Federal que vem ocorrendo neste início de milênio tem se concretizado pela criação de novas universidades. Com o número de vagas maior, é também maior a procura por políticas de permanência estudantil. Desencadear políticas que contribuam para a ampliação da oferta de oportunidades é o atual desafio das Universidades Públicas, no sentido de permitir que

os estudantes tenham a necessária qualidade de vida para que possam desenvolver, cada vez mais e melhor, as suas atividades no campo do ensino, pesquisa e extensão.

### 3 O INGRESSO NAS MORADIAS

Para conseguir uma vaga em uma moradia estudantil, o estudante precisa atender alguns requisitos. Casas estudantis de universidades federais dão preferência a atender alunos vindos de cidades diferentes das da universidade, e com renda desfavorável, para que estes consigam ter condições de permanecer na faculdade. Algumas instituições possuem alojamentos próprios para os universitários, em forma de prédios com pequenos apartamentos. No entanto, a maioria das residências estudantis funciona em casas ou em antigos casarões, cada uma com as suas especificidades. As residências estudantis das universidades públicas são destinadas aos estudantes de graduação devidamente matriculados, submetidos a um processo seletivo realizado pela própria instituição a cada semestre do ano letivo. Essa seleção, em geral, é publicada em edital, assim como o seu resultado.

A seleção do candidato precisa ter requisitos básicos, uma família comprovadamente de baixa renda, e morar fora do município onde se situa a residência. Algumas universidades, como a UFSC, por exemplo, reservam vagas para estudantes de outros estados ou países (em média, 10% do total de vagas). Existem universidades que aceitam alunos dos cursos de pós-graduação em suas residências, desde que haja vagas ociosas e que não tenha nenhum estudante de graduação na lista de espera. Na avaliação do estado de carência de cada candidato são considerados a declaração do imposto de renda do pai ou responsável, contracheques e os atestados de autoridades públicas. Em universidades com alta demanda por moradia estudantil, os funcionários visitam as casas dos candidatos para comprovar as informações. Nos casos de dois estudantes apresentarem o mesmo perfil, leva vantagem quem possui uma família com o maior número de dependentes (COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL, 2012). As ações de políticas estudantis tornam-se necessárias para diminuir as desigualdades entre os estudantes. Na sequência, são descritas as ações endereçadas à política estudantil.

### 4 AÇÕES DE POLÍTICAS ESTUDANTIS

O resgate histórico de programas e ações no campo da assistência estudantil, assim como o conhecimento de leis e pesquisas realizadas nessa área, é imprescindível na criação e implementação de novos programas. Assim, faz-se necessário a análise criteriosa da realidade social, econômica e cultural em que o estudante está inserido. O sucesso desses programas traz um vislumbre de um ideal utópico onde todos podem acessar a educação de forma plena e igualitária. Ademais, implementação de políticas públicas que facilitam o acesso do estudante ao sistema federal de ensino superior – adotadas em boa parte das IFES, tais como uso da nota do Enem, estabelecimento de cotas para os oriundos de escola pública, afrodescendentes e indígenas, só terá sucesso se vierem acompanhadas de outras que possibilitem a permanência desse aluno no sistema (FONAPRACE, 2011).

Pressupõe-se que são necessárias políticas que privilegiem o atendimento de demandas básicas dessa população, como acesso à alimentação saudável e de qualidade – que pode ser ofertada pelos restaurantes universitários e seus associados - moradia estudantil – com infraestrutura própria da IFES ou em sistema de colaboração com o mercado imobiliário, através das facilidades de locação e, finalmente, reforço acadêmico em disciplinas consideradas fundamentais, tais como matemática, português, entre outras. Outras ações podem ser inseridas como o ensino de uma segunda língua – exigência do mercado de trabalho, cursos de capacitação e atualização em informática e banco de dados, facilidades no acesso ao transporte (vale-transporte), atendimento em serviços de saúde – médico-odontológico e, mesmo, oferecimento de remuneração – em forma de bolsa de estudo, que possibilitem a essa população o acesso a outros itens fundamentais do convívio social e formação profissional.

Depreende-se daí que, uma política integrada de permanência a uma população historicamente alijada do ensino superior, vai além da gratuidade. Alicerça-se no oferecimento de condições para o efetivo exercício da cidadania. A missão da universidade é alcançada na medida em que gera, sistematiza e socializa o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma sociedade justa e igualitária. A universidade é uma expressão da própria sociedade brasileira, abrindo as contradições nela existentes (FONAPRACE, 2011).

A ausência de recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz com que esses estudantes, muitas vezes, desistam de seus cursos, ou mesmo, retardem

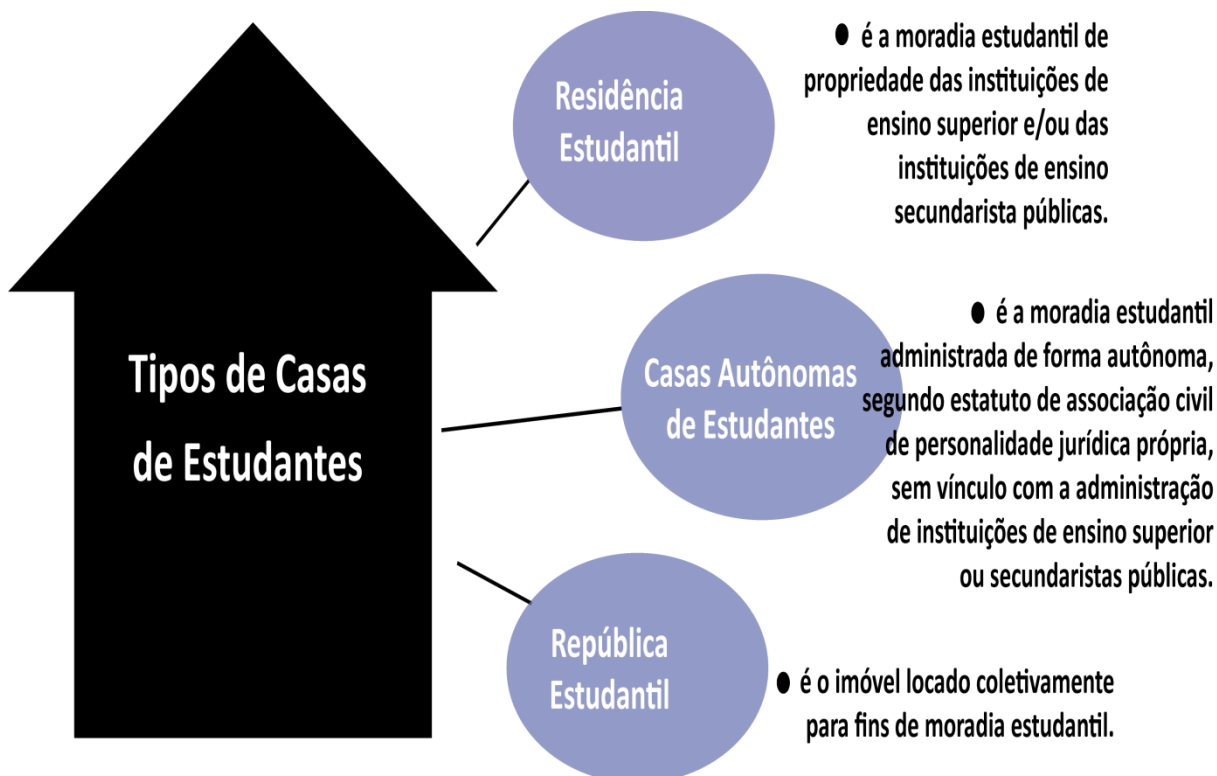
sua conclusão. Por isso, a assistência estudantil deve ser colocada como política da instituição e não como ação. Tem-se como determinantes a assistência estudantil sintonizada às políticas de gestão das IFES.

## 5 TIPOS DE CASAS DE ESTUDANTES

A Secretaria Nacional de Casas de Estudantes (SENCE), assim, define o conceito de ‘casa do estudante’ (SENCE, 2011) como segue:

[...] **Casa de Estudante** é todo o espaço destinado à moradia de estudantes, podendo receber as seguintes denominações: alojamento estudantil, residência estudantil, casa de estudante (universitária, secundária, pós-graduação, autônoma, estadual, municipal), repúblicas e outras, independente da renda dos(as) moradores(as). [...] Existem três tipos básicos de Moradia Estudantil: **Residência Estudantil, Casa Autônoma de Estudantes e República Estudantil.**

Figura 1- Tipos de Moradias Estudantis



Fonte: adaptado de SENCE (2011)

A figura 1, anterior apresenta os vários tipos de Casas de Estudante, evidenciando as respectivas características.

## 6 DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Para Neves (apud MARQUES, 2008, p. 57), sem a universalidade da cidadania, ou seja, sem a inclusão dos indivíduos e grupos no sistema jurídico-político, as diferenças étnicas e culturais degeneram-se em processos destrutivos entre os grupos. O universalismo da justiça como igualdade, que pressupõe o universalismo da cidadania como inclusão generalizada no sistema jurídico-político, apresenta-se como um universalismo relativo, que exige respeito recíproco às diferenças. Desse modo, a justiça como igualdade exige uma ordem jurídico-política que tem como base e exigência o respeito recíproco às diferenças de grupos e indivíduos. Entende-se que a construção de uma universidade democrática, passa necessariamente, pela inclusão dos três segmentos que compõem a comunidade universitária, nos processos de tomada de decisões. Acredita-se, que oportunizando espaços de participação, onde todos os elementos envolvidos no processo educativo possam ter as mesmas chances de debaterem e manifestarem seus pontos de vista, sua forma de ver a realidade da instituição, seja a forma mais inteligente e democrática de se enfrentar as dificuldades presentes no dia-a-dia.

A gestão educacional está relacionada com a democratização do ensino; na distribuição de funções e atribuições; da participação de todos nos processos decisórios; na distribuição do poder (CORADINI, 2009). Neste sentido, a prática da democracia é um processo desafiador, que se constrói a cada dia, envolvendo direta ou indiretamente as pessoas em suas relações no ambiente de trabalho ou fora dele. Assim, é de fundamental importância que se coloque em prática a democracia; que se façam debates, encontros, reuniões entre as pessoas, para que elas possam ter voz e vez nas decisões e soluções de problemas que dizem respeito à organização da instituição ou do grupo social a que pertencem.

A Gestão Universitária, enquanto área de estudo preocupa-se com a estrutura, o funcionamento e o comportamento de pessoas e grupos que atuam nas organizações universitárias. A análise da estrutura e do funcionamento organizacional focaliza fatores

tais como missão e objetivos, tamanho, sistemas hierárquico e de comunicações, métodos e procedimentos em organizações universitárias (COLOSSI; PINTO, 2004).

No entendimento de Ferreira (apud CORADINI, 2009), gestão significa participar na tomada de decisões, na organização e na direção de um espaço. A gestão está relacionada com o envolvimento que os sujeitos têm dentro de uma organização para que sejam atingidos os objetivos do grupo. Para isso, tais sujeitos devem cumprir seus compromissos e desempenhar seu papel nessa organização. A gestão compreende a administração; administração pode ser compreendida como o estudo e a implantação dos métodos de trabalho, juntamente com o seu controle, por meio dos quais se verifica a eficiência/eficácia da execução. Para a autora, a democratização na educação surgiu para acabar com as práticas autoritárias e burocráticas, que, por muitos anos, restringiram a autonomia nas instituições de ensino, não permitindo que ocorresse sua auto-organização; anulando, por conta disso, as reais necessidades da instituição, impedindo que se organizasse uma gestão democrática e participativa, e sacrificando, dessa forma, que se construísse uma gestão de qualidade. A participação efetiva na gestão universitária proporciona aos segmentos que a compõem um melhor conhecimento do assunto que dizem respeito a ela e sobre seu funcionamento. Essa articulação mostra-se como uma condição indispensável para sustentar a ação da universidade e para que as atividades sejam coletivamente estudadas e planejadas em todos os seus processos administrativos, financeiros e pedagógicos. Faz-se necessário repensar as políticas públicas no contexto das demandas sociais em sua realidade concreta.

## 7 GESTÃO DAS MORADIAS ESTUDANTIS

Diante da variedade de conceitos e entendimentos acerca do tema, foi percebida a necessidade de se construir um modelo de análise das moradias estudantis, para fins desta pesquisa. Assim, por intermédio da revisão bibliográfica é proposto a seguinte estrutura (Figura 2):

Figura 2 - Estrutura e gestão das moradias estudantis



Fonte: Adaptado pelo autor (2013).

As IFES do sul do Brasil que possuem moradias estudantis mantidas pela instituição devem atender os residentes em alguns aspectos (figura 2): inicialmente, tem-se hotelaria, que se refere à hospedagem do aluno na moradia; como segundo item tem-se os programas que atendem os serviços gerais que contemplam: limpeza, jardinagem, portaria, lavanderia, refeitório, segurança e manutenção predial e de bibliotecas, laboratórios e afins; no terceiro e último item, tem-se os programas de manutenção ou de permanência dos residentes, que englobam, bolsa permanência ou bolsa de ensino, cursos de línguas estrangeiras, reforço em disciplinas e atendimento médico, odontológico e psicológico.

A Constituição brasileira de 1988 menciona representação e participação direta, como se observa no art. 1º, parágrafo único, quando afirma que “todo poder emana do povo”, que o exerce por meio de representantes eleitos (democracia representativa), ou diretamente (democracia participativa) (BRASIL, 1988).

Na concepção de Bobbio (apud CORADINI, 2009, p. 28), a democracia representativa refere-se à participação de pessoas eleitas para representar um grupo social ou uma categoria nos processos decisórios e deliberativos sobre as questões que dizem respeito à coletividade. Quando há um representante que defende os interesses gerais, não se faz necessária a participação direta de todos os membros da comunidade e/ou categoria profissional; por outro lado, os representantes podem ir se constituindo,

pouco a pouco, em uma nova categoria. Já, a democracia participativa, também chamada democracia direta, caracteriza-se por ser aquela em que as pessoas encontram-se de uma forma harmoniosa e arranjada para juntas participarem das decisões e deliberações que lhes dizem respeito, não havendo necessidade que intermediários decidam por elas. O coletivo, de uma forma organizada, é quem decide efetivamente.

## 8 CARACTERIZAÇÃO DAS MORADIAS ESTUDANTIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO SUL DO BRASIL

As Universidades contemplam os pressupostos básicos da gestão, quando, por exemplo, contam com a participação dos alunos residentes das Moradias Estudantis na sua administração. Neste processo, os alunos atuam, sobretudo, como coordenadores e/ou conselheiros das Moradias, e, ainda, como interlocutores entre os moradores e os gestores, sendo um processo facilitador e compensador, já que busca o estreitamento entre aluno e gestor.

Este processo, além da garantia do comprometimento dos alunos na manutenção e preservação do espaço público, como também permite ao aluno o poder de participar de decisões que estão diretamente ligadas ao dia-a-dia dos moradores, além de enriquecer as relações entre os próprios moradores, também estabelece estreitas ligações com os gestores, sendo facilitador na resolução dos problemas. O morador sente-se valorizado e ouvido nas suas principais necessidades. Mas, para que isto aconteça, é necessário que o gestor tenha entendimento da importância da moradia estudantil e dos programas de assistência social para estes alunos. Verificou-se, igualmente, o quão se torna imprescindível o fortalecimento dos órgãos estudantis ligados as Moradias, que, no caso do grupo de instituições de ensino superior estudadas, refere-se ao Conselho dos Moradores. Daí, foi possível conferir sobre a importância das instituições de ensino superior que oferecem moradia estudantil em criar estímulos voltados a incentivar a participação dos seus moradores em conselhos, para que estes possam efetivamente representar os anseios e desejos dos seus participantes e moradores.

Ademais, com a pesquisa, notou-se claramente no relato dos entrevistados que o programa Moradia Estudantil é primordial ao aluno com vulnerabilidade socioeconômica, já que, sem este tipo de programa, tais alunos não teriam como

concluir seus cursos nestas universidades. Neste caso, é preciso lembrar que municípios como Florianópolis, Santa Maria, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas tem seu mercado imobiliário altamente inflacionado, seja no período do verão, quando aumenta a população, como é o caso de Florianópolis, ou durante o ano, tendo em vista a procura por imóveis. Assim, tais alunos, que não tem como arcar com despesas de aluguel nestas cidades, necessitam de moradias estudantis para se abrigar enquanto realizam seus cursos universitários.

Outro aspecto percebido por meio do estudo foi que as Universidades pesquisadas, com exceção da Universidade Federal do Rio Grande e da Universidade Federal de Santa Maria, possuem um programa alternativo, denominado auxílio-moradia, que contempla alunos que não conseguiram vaga na moradia estudantil, mas que possuem o mesmo cadastro socioeconômico dos residentes das moradias. Este auxílio serve para fornecer a este aluno um aluguel de um imóvel. Mas, como os valores estão muito abaixo do mercado imobiliário, estes alunos acabam por dividir quartos entre eles para poderem arcar com os custos do aluguel.

Em todas as moradias verificou-se que os alunos são eleitos para mandatos como representantes nos conselhos. Assim, na acepção de Coradini (2009), como já descrito no presente trabalho, a Gestão Universitária focada nas moradias estudantis é realizada através da democracia representativa.

Através desta pesquisa e da técnica de observação, deve ser ressaltado a defesa das moradias estudantis pelos estudantes. Apesar, de alguns estarem em situação precária de alojamento em suas moradias, o programa moradia estudantil é ressaltado pelos estudantes como primordial para suas formações. Estes estudantes, mesmo com enormes dificuldades, reconhecem na moradia estudantil, a possibilidade de um novo futuro. O espaço da moradia é visto como uma extensão de suas casas, onde são criados vínculos de amizade com outros moradores e com a própria moradia. Para estes moradores, os gestores, em sua maioria, não conseguem ter a visão do morador, e é aí, que reside o problema principal enfrentado pelos residentes, é a falta de visão do gestor em perceber que a situação de vulnerabilidade social não reside somente na questão da moradia do sujeito, mas também na efetividade de programas de apoio que incluam e contemplem as reais necessidades desse alunado. O gestor precisa reconhecer a Moradia Estudantil como uma extensão do aluno, como sua residência estudantil e não simplesmente como um alojamento. Sobre este ponto, há residentes que relatam ouvir de alguns gestores que, como a Moradia Estudantil é gratuita, não se pode reclamar das

suas limitações, apesar de algumas evidências neste sentido. Neste caso, a moradia da UFPel, da UFRGS e da UFSC são citadas como exemplo.

Naturalmente que as facilidades oferecidas pelas moradias estudantis analisadas são notórias e fundamentais ao desenvolvimento acadêmico do estudante por ela beneficiado e, dessa forma, à sociedade como um todo. De outro modo, porém, verifica-se limitações a serem corrigidas, como a existência de certo sentimento de isolamento social entre moradores ou, até mesmo de discriminação, mormente, por serem moradores de residências estudantis. O referido evento ficou evidente no comentário de um dos entrevistados da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – (mais precisamente E1), pois para ele “é como se a Instituição quisesse esconder os pobres”.

Neste sentido, é imprescindível que este “olhar pelo morador” descrito pelos estudantes em seus relatos seja entendido pelos gestores como atendimento das necessidades dos moradores. Depreendeu-se desta concepção que somente propiciando dignidade a estes moradores é que se pode minimizar tal sentimento discriminatório relatado por eles, seja por meio de uma Moradia Estudantil digna, com todos os serviços e equipamentos que uma residência estudantil necessita, ou por intermédio de programas que atendam este estudante em outras necessidades, como alimentação, vestuário, transporte e bolsas.

## 9 CONCLUSÃO

Diante do exposto, vale concluir que a partir da concepção de Coradini (2009), que o tipo de gestão das moradias das universidades federais do sul do Brasil, é realizada através da democracia representativa, já que os alunos são eleitos para mandatos, como já descrito no presente trabalho. Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) existe um Conselho de Moradores, onde os representantes são eleitos diretamente por eles, com mandato de um ano. Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) existe uma Associação de Moradores da Casa do Estudante (que atualmente está desativada) onde a representação acontece por meio desta Associação. Em vista disso, é realizado reuniões periódicas com os moradores com a proposta de gestão compartilhada. Na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) está em vigor o Conselho Diretor da Associação de Moradores da Casa do Estudante, com alunos

eleitos pelos moradores com mais de um ano de moradia, sendo proposto a gestão compartilhada. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) as casas estudantis possuem regimento interno, por meio da qual os estudantes realizam a administração da moradia, denominada de auto-gestão. Finalmente, na Universidade Federal de Santa Catarina, a gestão acontece através de um Conselho de Moradores, onde os seus representantes são eleitos para mandatos de um ano.

## BIBLIOGRAFIA

ANDRÉS, Aparecida. **Aspectos da assistência estudantil nas universidades brasileiras**. Brasília, DF: Câmara dos deputados, 2011. Disponível em: <[http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7284/aspectos\\_assistencia\\_andr.es.pdf?sequence=3](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7284/aspectos_assistencia_andr.es.pdf?sequence=3)>. Acesso em: 24 mar 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2010**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 12 mar 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Coleção de leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 31 mar 2014.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1961. Disponível em: <[http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14024.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm)>. Acesso em: 20 mar 2014

CONTEE - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. **MEC: evasão é maior em universidades privadas**. 2009. Disponível em: <<http://www.contee.org.br/noticias/educacao/nedu839.asp>>. Acesso em: 13 mar 2014.

COORDENADORIA DE SERVIÇO SOCIAL. Pró Reitoria de Assuntos Estudantis. **Relatório**. Florianópolis, 2012. (Relatório de atividades UFSC/2008/2009/2010/2011). Disponível em: <[http://prae.ufsc.br/programas\\_de\\_assistencia\\_estudantil/coordenadoria\\_de\\_servico\\_social](http://prae.ufsc.br/programas_de_assistencia_estudantil/coordenadoria_de_servico_social)>. Acesso em: 13 mar 2014.

COLOSSI, Nelson; PINTO, Marli Dias de Souza (Org.). **Estudos e perspectivas em gestão universitária**. Blumenau: Nova Letra Gráfica e Editora, 2004.

CORADINI, Marlei Terezinha. **Gestão Universitária numa concepção democrática-participativa: o caso da UFSM**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Área de Concentração em Qualidade e Produtividade, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. 1996. Disponível em: <<http://fonaprace.andifes.org.br>>. Acesso em: 3 mai. 2014.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **FONAPRACE**: Revista Comemorativa 25 Anos histórias, memórias e múltiplos olhares, [S.l.], out. 2012. Disponível em: <<http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf>> . Acesso em: 17 mai 2014.

FONAPRACE - FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília: FONAPRACE, 2011. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br:8080/chamadas/downloads/602372.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

MARQUES, Luciana Rosa. Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 55-789, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 mai 2014.

SENCE - SECRETARIA NACIONAL DE CASAS DE ESTUDANTE. **Cartilha de apresentação do Movimento de Casas de Estudantes**. 2011. Disponível em: <<http://sencebrasil.blogspot.com.br/p/sobre-sence.html>>. Acesso em: 20 mai 2014.